

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL
Nº 359.570 - MS (2013/0192345-0)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
EMBARGANTE : CHRISTIAN CARLO ZANUTTO
EMBARGANTE : ALESSANDRO PIERETTI DE OLIVEIRA
EMBARGANTE : OLDOMIRO CORREA DA SILVA
ADVOGADO : ARLINDO MURILO MUNIZ - MS012145
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. APLICAÇÃO DE LEI NOVA (LEI N. 12.651/2012). AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO E DE SIMILITUDE FÁTICA ENTRE OS ACÓRDÃOS (RECORRIDO E PARADIGMA). NÃO CUMPRIMENTO DO QUE DISPÕE O ARTIGO 266, § 1º, DO RISTJ. RECURSO INDEFERIDO LIMINARMENTE.

DECISÃO

Trata-se de embargos de divergência interpostos por Christian Carlo Zanutto contra acórdão proferido pela Segunda Turma, Rel. Ministra Assusete Magalhães, assim ementado (fls. 2.473-2.474):

AMBIENTAL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. OCUPAÇÃO E EDIFICAÇÃO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE-APP. CASAS DE VERANEIO. MARGENS DO RIO IVINHEMA/MS. SUPRESSÃO DE MATA CILIAR. DESCABIMENTO. ART. 8º DA LEI 12.651/2012. NÃO ENQUADRAMENTO. DIREITO ADQUIRIDO AO POLUIDOR. FATO CONSUMADO. DESCABIMENTO. DESAPROPRIAÇÃO NÃO CONFIGURADA. LIMITAÇÃO ADMINISTRATIVA. DANO AMBIENTAL E NEXO DE CAUSALIDADE CONFIGURADOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ.

1. Descabida a supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente - APP que não se enquadra nas hipóteses previstas no art. 8º do Código Florestal (utilidade pública, interesse social e baixo impacto ambiental).

2. Conquanto não se possa conferir ao direito fundamental do meio ambiente equilibrado a característica de direito absoluto, certo é que ele se insere entre os direitos indisponíveis, devendo-se acentuar a imprescritibilidade de sua reparação, e a sua inalienabilidade, já que se trata de bem de uso comum do povo (art. 225, *caput*, da CF/1988).

3. Em tema de direito ambiental, não se cogita em direito adquirido à devastação, nem se admite a incidência da teoria do fato consumado. Precedentes do STJ e STF.

4. A proteção legal às áreas de preservação permanente não importa em vedação absoluta ao direito de propriedade e, por consequência, não resulta em hipótese de desapropriação, mas configura mera limitação administrativa. Precedente do STJ.

5. Violado o art. 14, § 1º, da Lei 6.938/1981, pois o Tribunal de origem reconheceu a ocorrência do dano ambiental e o nexo causal (ligação entre a

Superior Tribunal de Justiça

sua ocorrência e a fonte poluidora), mas afastou o dever de promover a recuperação da área afetada e indenizar eventuais danos remanescentes.

6. Em que pese ao loteamento em questão haver sido concedido licenciamento ambiental, tal fato, por si só, não elide a responsabilidade pela reparação do dano causado ao meio ambiente, uma vez afastada a legalidade da autorização administrativa.

7. É inadmissível o recurso especial quanto a questão não decidida pelo Tribunal de origem, por falta de prequestionamento (Súmula 211/STJ).

8. Recurso especial parcialmente conhecido e provido.

O recorrente alega, inicialmente, dissídio jurisprudencial entre o acórdão recorrido e os seguintes paradigmas: REsp 1.226.016/RJ, Terceira Turma e REsp 1.001.820/RJ, Quarta Turma, ao argumento de que haveria conexão entre o caso dos autos e o REsp 1.239.044/MS, Primeira Turma. A seguir, sustenta dissídio entre o acórdão impugnado frente aos seguintes paradigmas: AgRg no REsp 887.890/ES, Sexta Turma e REsp 1.109.048/PR, Primeira Turma, sob o argumento de que deve prevalecer a norma posterior mais benéfica (novo Código Florestal, Lei n. 12.651/2012).

Os embargos de divergência foram inicialmente distribuídos na Corte Especial, Relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, e inadmitidos nos limites da competência daquele órgão julgador (fls. 2.625-2.632). O agravo interno não foi conhecido, conforme acórdão às fls. 2.689-2.690.

Após trânsito em julgado do acórdão da Corte Especial, os autos foram redistribuídos a esta relatoria para fins de exame da admissão do embargos de divergência quanto à matéria de competência da Primeira Seção, qual seja, aplicabilidade de norma posterior mais benéfica tendo como acórdão paradigma o proferido no REsp 1.109.048/PR, Primeira Turma.

É o relatório. Decido.

Ressalte-se, inicialmente, que o exame do suposto dissídio jurisprudencial entre o acórdão ora embargado e os acórdãos da Terceira e Quarta Turmas já foi examinado pela por meio de decisão da lavra da Ministra Maria Thereza de Assis Moura, às fls. 2.625-2.632.

A irrisignação residual, por sua vez, não deve ser admitida, isso porque o embargante apenas indicou a ementa do acórdão paradigma. Não há, em seu recurso, o devido cotejo analítico entre as hipóteses, com as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, o que impede a admissão do recurso de embargos de divergência.

Não se evidencia, portanto, o cotejo analítico no que diz respeito à aplicação do Novo Código Florestal (Lei n. 12.651/2012) à situação dos autos ou mesmo no paradigma indicado, o que afasta a admissão desta segunda tese em sede de embargos de divergência.

Ante o exposto, indefiro liminarmente os embargos de divergência com fundamento no artigo 1.044, *caput*, do CPC/2015 c.c. o artigo 266-C do RI/STJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator